

QUANDO A ÁGUA CALA, O POVO FALA: COMUNICAÇÃO POPULAR, DIGNIDADE HÍDRICA E DISPUTAS DE SENTIDO NA BACIA DO RIO PARAOPEBA ¹

Mardochee OGÉCIME²; Paula JUNQUEIRA MOTA ³

¹ GT 2 - Comunicação popular, alternativa e comunitária.

² Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de Minas Gerais, mardocheeogecime@gmail.com.

³ Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Minas, paula.j.mota@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho analisa o desastre socioambiental em Brumadinho (MG) a partir da contaminação das águas do Rio Paraopeba provocada pelo rompimento da barragem da Vale, compreendido como um crime socioambiental com efeitos duradouros sobre a saúde, os modos de vida e a dignidade das populações atingidas. À luz da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPTICC), o estudo investiga como, após a contaminação hídrica, se instaura um regime assimétrico de produção e circulação de informações sobre risco, qualidade da água e reparação, no qual discursos técnico-institucionais tendem a silenciar ou deslegitimar as narrativas das comunidades e suas assessorias.

Mobiliza-se o conceito de dignidade hídrica como direito humano ao acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, indissociável da saúde, da reprodução social e da justiça ambiental (NEVES-SILVA & HELLER, 2016; SWAN, 2018). Argumenta-se que, no contexto periférico do capitalismo (DANTAS, 2002; BOLAÑO, 2008), a contaminação da água não produz apenas danos ambientais e sanitários, mas também uma colonialidade informacional, na qual corporações e aparatos estatais concentram o poder de definir o que é água “segura”, quais danos são reconhecidos e quais evidências são consideradas legítimas (PELLOW, 2018).

Empiricamente, o estudo se baseia em entrevistas qualitativas realizadas em novembro de 2021 com 48 moradores de 16 comunidades dos municípios de Curvelo e Pompéu, no Baixo Paraopeba. As narrativas revelam percepções recorrentes de alteração visível e sensorial da água (“parecendo sangue”, “mau cheiro”), desconfiança em relação aos monitoramentos oficiais, agravos à saúde (problemas dermatológicos, respiratórios e sofrimento psicossocial) e profundas mudanças nos modos de vida, como a interrupção da pesca, da agricultura e da comercialização de alimentos. Tais relatos evidenciam que a contaminação hídrica comprometeu práticas econômicas, culturais e afetivas, configurando um processo de desterritorialização.

Essas falas são interpretadas como práticas de comunicação popular contra-hegemônica, nas quais os atingidos produzem sentidos próprios sobre o crime, a água e a saúde, confrontando a mercantilização da informação e a naturalização do risco. No horizonte analítico da EPTICC, sustenta-se que a disputa pela dignidade hídrica é também uma disputa comunicacional e política, na qual a soberania popular sobre a água depende do reconhecimento dos saberes locais como produção legítima de conhecimento.

Conclui-se que enfrentar os efeitos do crime no Paraopeba exige não apenas ações técnicas de remediação, mas também a democratização da informação e a valorização das narrativas das populações atingidas como condição de justiça ambiental, soberania e reparação integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 2008.

- DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**; 2da Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Revista Ciênc. saúde colet**, v.21, n.6, 2016.
- PELLOW, D. N. **What is Critical Environmental Justice?** Polity, 2018.
- SWAN, T. J. Understanding the Human Dignity Component of a Right to Water: Lahore, Pakistan. Dignity Rights Practicum. **Widener University Delaware Law School**, 2018.